



ANTÁRTICA

Carta-Aberta a Carlos Mastrorilli

Therezinha de Castro ()*

() A Propósito do Artigo Publicado na Revista "Estratégia" nº 43/44 — "Brasil y la Antártida — A Propósito de la Tesis" de "Therezinha de Castro".*

Geógrafa do IBGE

Professora de História do Colégio Pedro II

Bacharel e licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Membro da Sociedade Brasileira de Geografia no grau de Mestre em Brasilidade — Ordem das Cinco Estrelas

Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia no Setor de Política Internacional

Professora de Geohistória da Faculdade de Humanidades Pedro II

Professora de História do Colégio Pedro II

Diretora do Setor de Geografia e História do Instituto Brasileiro de Estudos Artísticos

Em "Brasil y la Antártida — A Propósito de la Tesis de Therezinha de Castro"¹, Carlos Mastrorilli resume e dá a sua interpretação do livro "Rumo à Antártica". Resumindo, omite, às vezes, trechos que se completam ou se interpenetram; não atinge, por vezes, o sentido exato do pensamento de quem com o mais científico e pacífico dos objetivos, escreveu "Rumo à Antártica".²

Podemos afirmar não ser verdade estar sendo "su lectura recomendada en establecimientos de enseñanza y que es el mejor instrumento de vulgarización de las questiones de abarca dentro del Brasil". No entanto, como sugestão de Carlos Mastrorilli, a recomendação é válida, visto que o continente Antártico é digno de ser conhecido, como qualquer centro de nosso Planeta.

Naturalmente, tendo em vista a posição brasileira frente à Antártica são, não raro precipitadas as conclusões de Carlos Mastrorilli, sobretudo quando dizem

1 Artigo publicado na Revista "Estratégia" nº 43/44—nov/dez. 1976 e jan./fev. 1977.

2 Publicação da Livraria Freitas Bastos — Rio de Janeiro, 1975.

respeito a Argentina; e errôneas quando, por exemplo atribui ao Deputado Cantídio Sampaio a conferência na ESG sobre a — “Antártica: Interesses Internacionais” (e não “nacionais”, como informa o articulista). Tanto no texto (página 112), quanto na bibliografia (página 139) informa o livro brasileiro que o trabalho é de autoria do Deputado Eurípides Cardoso de Menezes.

Quanto ao Atlas de Relações Internacionais, é publicação do IBGE, sigla que indica o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e não de Geoestratégia.

Relevados os enganos nas datas e feitas essas pequenas ressalvas, entremos no mérito da questão: — “Rumo à Antártica” — interpretado por Carlos Mastrorilli.

Concordamos que “Rumo à Antártica” dá “forma a la adaptación de las teorías lançadas en 1907 por el senador canadiense Pascal Poirier”. Não omitimos o mérito de Poirier, e esta continuará a ser a tese da autora de “Rumo à Antártica” até que outra, mais plausível e menos exclusivista, surja para sobrepujar-lhe o valor e conteúdo.

Se “Rumo à Antártica” desenvolve nossas aspirações geopolíticas essas são, iniludivelmente pacifistas dentro do princípio auto-defensivo, e não como conclui Carlos Mastrorilli, as de levar o Itamaraty a “abrir un nuevo frente en la porción más austral del Atlántico y desde allí pressionar sobre la Argentina que como sabemos, tiene, fundamentales aunque controvertidos intereses en esa zona decisiva del mundo”.

Concordamos que seja essa a zona decisiva do mundo; e, em tal conjuntura, o Brasil, tomando parte no jogo das nações, tem também como nossa co-irmã Argentina, os seus interesses fundamentais e, sobretudo, vitais. A Antártica que põe, sob sua mira, o nosso continente sul-americano, é ainda terra de todos, e não pertence a ninguém.

Não há uma só frase, um só parágrafo que leve o leitor imparcial de “Rumo à Antártica” a afirmar que “la diplomacia brasileña utiliza la cuestión antártica contra las posiciones argentinas”. Muito ao contrário, transcreve na parte que trata das nações reivindicadoras (páginas 81 a 96) os argumentos, um a um, invocados para a obtenção de uma fatia territorial na Antártica; reivindicações que tomam por base: explorações científicas, pesca da baleia, continuidade dos Andes, descoberta, etc. etc.

Não assume a autora a defesa do Chile; aceita, no entanto, que os documentos históricos apresentados pelo Chile são mais antigos que os argentinos. No entanto, traz em defesa do Brasil documentos ainda mais antigos que os dos chilenos. Não é certo, portanto, que a autora tome o partido do Chile e que “es lo suficientemente explicita como para inducir en ella una evidente intención anti-argentina”.

Embora não seja defensora dos direitos históricos, já que a tese de "Rumo à Antártica" é a da defrontação, são esses citados e realmente declarada "la absoluta irrelevância del Tratado de Tordecillas y de la Bula Inter Cétera".

Não só irrelevantes como obsoletos, visto que o mundo não se divide, faz muito tempo, entre portugueses e espanhóis. Mesmo porque os povos ibéricos não apontaram seus "herdeiros" numa futura partilha da Antártica; e ainda cumpre notar terem a dita Bula e Tratado do século XV passado a serem apenas páginas da História depois de Madrid, Santo Ildefonso e dos acordos que nos séculos XIX e XX delimitaram politicamente a América do Sul.

O Brasil não se outorga, e nem poderia fazê-lo, "la porción mas grande del sector americano". A autora de "Rumo à Antártica" dentro da condicionante — se o continente Austral for dividido segundo o critério da defrontação, que prevaleceu para as terras Árticas — procura apenas mostrar como ficará dividida, segundo as maiores e menores extensões costeiras, a Antártica Americana. A autora nada mais faz do que se basear num precedente ocorrido no Ártico, neste século, onde a Rússia ficou com a maior extensão, e o Canadá com a melhor porção.

Não é "con notable magnitud" que o Brasil "otorga al Ecuador, al Perú, y al Uruguay porciones de variadas dimensiones a expensas de las reivindicaciones chilena y argentina". Com isto, diz o articulista, quer o Itamaraty criar blocos. Ora, por que haveria o Itamaraty de querer criar blocos? Onde e quando o Itamaraty iniciou gestões para tal?

A autora de "Rumo à Antártica", essa sim, dentro de sua tese da defrontação, procura unir e não desunir os países sul-americanos na "frase sonora" para Carlos Mastrorilli, mas para ela a mais realista: — a Antártica Americana para os países sul-americanos que com ela se defrontam. Haverá outra fórmula melhor, mais evidente, menos imperialista e mais equitativa?

Aderindo ao Tratado da Antártica em 1975, o Brasil não o fez para criar blocos, mas sim entrar para um bloco já formado. Aderindo ao Tratado da Antártica em 1975, o Brasil não o fez para "diluir a preeminencia territorialista argentina dentro de ese bloque americano". Aderindo ao Tratado da Antártica em 1975, o Brasil não o fez para dividir a Antártica Americana "a expensa de las reivindicaciones chilena y argentina". Isso nenhum leitor atento vislumbrará, nem de longe, nas páginas 113 e 114 de "Rumo à Antártica", onde estão citados textualmente os cinco princípios fundamentais que nortearam a tomada de decisão do governo brasileiro.

Nos setores reivindicados pelos argentinos e chilenos, que se embaralham, vem se embaralhar também a Inglaterra. Essa quer tudo e não divide nada! Que princípio há então de prevalecer? O da união que faz a força: pelo menos de uma maioria coerente.

Essa mesma Inglaterra ocupou à força, em janeiro de 1833 o arquipélago das Malvinas; o fato é citado no penúltimo parágrafo da página 88 do livro em questão. Cita ainda textualmente o protesto de Buenos Aires contra "um fato tão violento como descomedido, em meio da mais profunda paz e quando a existência de estreitas e amistosas relações não dava lugar a semelhante agressão". Não há um só documento ou frase em defesa da Inglaterra. Será isso, por acaso, insinuar "que la no redención efectiva de las Malvinas configura una prueba de la impotencia argentina para hacer efectiva su soberania austral"? A insinuação seria do argentino Carlos Mastrorilli, e não da brasileira Therezinha de Castro!

Se na época todo o continente sul-americano se levantasse num só bloco, contra a usurpação da Inglaterra, talvez hoje a Argentina detivesse a posse, como direito manso e pacífico, das ilhas Malvinas.

Enquanto geologicamente Nordenskjöld propôs a divisão da Antártica em Ocidental e Oriental, para fins didáticos, J. Vicens Vives, geopolítico espanhol, citado na bibliografia do livro, divide o continente nos setores americano, africano e australiano.

Não foi Therezinha de Castro quem criou a Antártica Americana. Ante imperativos geoestratégicos, em função de uma conjuntura defensiva, os países americanos que assinaram em 1946 o TIAR reconhecem a sua existência no artigo 4º. Em reforço, dois anos depois, pelo artigo 3º do Acordo de 4 de março de 1948, o Chile e a Argentina reconhecem a existência de uma Antártica não generalizadamente americana, mas regionalmente sul-americana. E têm razão o Chile e a Argentina por ser esse continente sul-americano o que maior aproximação tem com a Antártica.

Ora, se a Antártica é efetivamente sul-americana, não se dissimula "la debilidad de los argumentos brasileños"; muito ao contrário, fortalece-se a tese da defrontação.

Reconhecendo-se a existência de uma Antártica Sul-Americana e, pela defrontação, a realidade de seis interessados, a autora de "Rumo à Antártica" foi buscar a quem de direito; além do Brasil, Argentina e Chile, na partilha também o Uruguai, o Peru, o Equador. Não considera, pois, a autora de "Rumo à Antártica", dentro da defrontação que "las dormidas aspiraciones de Uruguai, Peru y Ecuador" sejam "demasiado diáfanos para ser tenida en cuenta seriamente".

Devem ser encarados com seriedade os direitos do Uruguai, Peru e Equador, pois como o Brasil, a Argentina e o Chile também defrontam com a Antártica, estando, portanto, mais diretamente em sua mira.

Se à autora cabe o mérito de haver o destino manifesto do Brasil alcançado o Pólo Sul, como conclui Carlos Mastrorilli, a obra atingiu o objetivo de quem a escreveu. É desejo da autora de "Rumo à Antártica" que também a Argentina, o Chile, o Uruguai, o Peru e o Equador consigam, nesse mesmo Pólo Sul se integrar no chamado destino manifesto. Destino ao qual ninguém deve fugir! Faz votos também com o argentino Carlos Mastrorilli, quando diz: "Desejariamos que en nuestro país existiera, en nível indicado, una obrita similar".

Não pertence, porém, a Therezinha de Castro "el no pequeno merito de haber diluido la notória contradición natural que existe entre las palmeras y el hielo antártico; entre las lujúrias amazónicas y los desiertos glaciares; entre las tórridas playas y los magestuosos icebergs".

Antes, muito antes de ser editado o livrinho "Rumo à Antártica", quando o Atlântico-Sul estava ameaçado pelo governo de Vichy em Dakar, e infestado de submarinos alemães enfrentando os icebergs antárticos, o Brasil lutava pela sobrevivência do nosso continente nos campos gelados da Itália. Lá enfrentamos "icebergs terrestres" na linha gótica dos Apeninos, em defesa do nosso continente iremos enfrentar, porque não, as banquisas do mar de Weddell!

Allás a linha do equador está, hoje, mais perto dos círculos polares, do que estariam dois bairros distantes de Buenos Aires com os meios de transporte do princípio do século. Os mapas passam a ser encarados por um outro prisma — a navegação e, sobretudo, a aviação deram-lhes novo sentido. As distâncias não são mais pontos longínquos; não são mais medidas por quilômetros ou milhas, mas sim por horas e minutos.

Meses antes de assinar o Tratado da Antártica, o Presidente Ernesto Geisel fazia o seguinte pronunciamento, em reunião ministerial (10 de setembro de 1974), que a autora achou por bem ilustrar vis à vis com o prefácio, sua obra "Rumo à Antártica":

— "As novas realidades, do Brasil e do mundo, exigem que o país aprenda a conviver com situações novas a cada passo, e, freqüentemente, com situações realmente complexas. Que isso não nos preocupe, em demasia, nem abale a nossa confiança".

Na conjuntura atual, quando o mundo comunista, como bloco monolítico, mais pragmático, vai se expandindo, o mundo ocidental vai recuando, dividido, e só preocupado em discussões bizantinas de direitos humanos e outras subtilezas. A presença isolada de um ou dois países sul-americanos na Antártica, entre super-potências, será como panelas de barro entre panelas de ferro.

Esqueçamo-nos de nossas questiúnculas regionais e pruridos de hegemonia; já atingimos, para isso, certo grau de maturidade. Marchemos ombro a ombro, para que o continente sul-americano goze do conceito e prestígio que merece entre os demais países com os quais temos que conviver.